



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 01**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( x )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

RECURSO APRESENTADO – Anulação da questão

Gabarito preliminar: Alternativa (A)

Gabarito proposto: Alternativa (C) (Anulação ou alteração)

Fundamentação:

A alternativa (A), considerada correta, afirma que a administração direta é composta por “órgãos ligados diretamente ao poder político central”. Embora essa definição contenha elementos verídicos, ela é imprecisa e insuficiente. A alternativa (C) menciona autarquias e fundações públicas como exemplos de administração direta, o que está incorreto, pois tais entidades fazem parte da administração indireta, conforme preceitua o art. 37 da Constituição Federal e a Lei nº 8.666/1993.

Nenhuma das alternativas apresenta redação absolutamente correta. Logo, considerando o vício conceitual nas opções, requer-se a anulação da questão.

-----//-----

**RESPOSTA AO RECURSO**

Questão 01.

Resposta correta "A". **Composta por órgãos ligados diretamente ao poder político central, nos três níveis de governo.**

A Administração direta é centralizada e composta por órgãos ligados diretamente ao poder político nos níveis de governo: país (presidente, secretarias especiais e ministérios), estado (governador e



secretarias) e municípios (prefeitos e secretarias). É uma resposta direta e simples que abrange a essência da administração direta.

Demais respostas

- b) Composta por entidades com personalidade jurídica própria, responsáveis pela execução de atividades de governo, desenvolvidas de forma descentralizada e distante do governo central (*essa é uma característica da administração indireta*)
- c) É exemplo de Administração Direta: autarquias e fundação pública (*autarquias e fundação pública são da administração indireta que tem em comum autonomia, personalidade jurídica e patrimônio próprio*)
- d) Personalidade jurídica de direito privado (*característica da administração indireta*)

**PARECER: RECURSO INDEFERIDO**



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 03**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( x )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

RECURSO APRESENTADO – alteração de gabarito de D para B

Venho, respeitosamente, interpor recurso em relação à questão de número [03 prova], aplicada na prova objetiva do processo seletivo realizado pelo IMPARH, onde no gabarito preliminar foi a letra D. Solicita-se Alteração de Gabarito da letra D para a letra B conforme explicação abaixo.

A questão 3 trata da Teoria das Relações Humanas, que surgiu na década de 1930 como uma reação à abordagem clássica da administração, enfatizando o aspecto humano e social nas organizações, em oposição ao foco mecanicista e técnico da administração científica.

Vamos analisar as afirmativas:

1. Trata a organização como um grupo de pessoas.

Verdadeiro.

A Teoria das Relações Humanas vê a organização como um sistema social, um grupo de pessoas com necessidades e relações interpessoais.

2. Inspirada em sistemas de engenharia.

Falso.

Isso é característico da Teoria Clássica e da Administração Científica, não da Teoria das Relações Humanas.

3. Confia nas regras e nos regulamentos.

Falso.

A Teoria das Relações Humanas valoriza mais as relações interpessoais do que a rigidez das regras formais.



4. Delegação plena de autoridade.

Verdadeiro.

Há valorização da participação e da descentralização, embora essa não seja uma característica principal, é mais compatível com a abordagem humanista do que com a abordagem autoritária.

Gabarito correto:

Alternativa (B): V – F – F – V.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo: Campus, 2004. 7ª edição.

-----//-----

### RESPOSTA AO RECURSO

Questão 03.

A teoria das relações humanas apareceu no contexto teórico-administrativo na década de 30. Ela estuda o comportamento humano e descobre a informalidade como condicionante da produtividade, a qual era até então negligenciada pela abordagem clássica. Marque “V” para verdadeiro e “F” para falso nas afirmativas abaixo em relação à características da teoria das relações humanas.

- (V) trata a organização como um grupo de pessoas
- (F) inspirada em sistemas de engenharia
- (F) confia nas regras e nos regulamentos
- (v) Delegação plena de autoridade

Marque a ÚNICA opção correta

- a) V, V, V, V
- b) V, F, V, F
- c) F, V, F, F
- d) V, F, F, V

Resposta correta "D". A questão pede para marcar V ou F de acordo com o que seja característica da teoria das relações humanas. E as características da Teoria das relações humanas, dentre as apresentadas na questão são a primeira e a última características apresentadas na questão (trata a organização como um grupo de pessoas e Delegação plena de autoridade).

As afirmativas: inspirada em sistemas de engenharia e confia nas regras e nos regulamentos (referem-se a teoria clássica)

PARECER

**RECURSO INDEFERIDO**



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 04**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( x )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

RECURSO APRESENTADO – Anulação da questão

Resposta correta seria análise estratégica A primeira etapa do planejamento estratégico é a análise do ambiente, que inclui a avaliação dos ambientes interno e externo, e a identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (Análise SWOT). A análise do ambiente externo permite entender o mercado e as tendências, enquanto a análise do ambiente interno avalia os recursos e capacidades da empresa. Peço que leve em consideração as informações acima.-----//-----

**RESPOSTA AO RECURSO**

Questão 04.

O ambiente organizacional muda em uma velocidade assustadora, tornando-se imenso e complexo, exigindo das organizações, flexibilidade, agilidade, tecnologia da informação, o que requer das empresas que se planejem, desenvolvam estratégias para atuação. Num processo de desenvolvimento do planejamento estratégico, qual a primeira etapa a se realizar?

- a) **Diagnóstico**
- b) Estabelecimento da direção organizacional
- c) Formulação da estratégia
- d) Implementação da estratégia

A análise SWOT é uma ferramenta de diagnóstico que contribui no planejamento e desenvolvimento organizacional. Diagnostico é mais amplo porque existem outras ferramentas de diagnostico que contribuem para o desenvolvimento da organização

**PARECER: RECURSO INDEFERIDO**



**FORTALEZA**  
PREFEITURA

**IMPARH**  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
DE RECURSOS HUMANOS

**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 06**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( x )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

RECURSO APRESENTADO – Anulação da questão

Gabarito preliminar: Alternativa (C)

Gabarito proposto: Anulação

Fundamentação:

A correspondência entre modelos administrativos e suas características está misturada ou inadequada. Por exemplo, “ênfase nos resultados” pertence à administração gerencial, mas na opção (D) essa característica aparece como se fosse da administração patrimonialista. Além disso, a propriedade pública confundida com privada é típica do modelo patrimonialista, porém aparece associada incorretamente. A formulação confunde o candidato.

Solicita-se a anulação da questão por inconsistência na correspondência das alternativas.

-----//-----

**RESPOSTA AO RECURSO**

Questão 06.

O movimento de reforma do Aparelho do Estado, tal como proposto no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do estado, concebido em meados da década de 90, pressupõe a ruptura com padrões gerencias tomados como ultrapassados, orientando-se para uma gestão pautada essencialmente por resultados. Nesse âmbito foi indicado se rever os modelos de gestão pública adotados: patrimonialista, burocrático e gerencial. Relacione as principais características de cada modelo de gestão.



|   |                               |
|---|-------------------------------|
| A | Administração patrimonialista |
| B | Administração burocrática     |
| C | Administração gerencial       |

|   |  |
|---|--|
| C | Tem acentuada ênfase nos resultados  |
| A | Tendência ao nepotismo   |
| B | Tributos gerais associados: eficiência, profissionalização controles administrativos           |
| C | Ênfase na eficácia das ações do poder público  |
| A | Propriedade pública se confundindo com propriedade privada                                     |
| B | Doutrina taylorista-fordista da divisão e especialização intelectual e operacional do trabalho |

Marque o item que apresenta a sequência correta

- a) A, A, C, B, B, C
- b) C, B, C, A, B, A
- c) C, A, B, C, A, B
- d) B, A, B, C, A, C

Questão 6 resposta correta "C". As características apontadas na coluna B traduzem bem os modelos de gestão. Não existe características divergentes dos modelos indicados na coluna A. E de acordo com

A perspectiva patrimonialista de gestão pública, pode ser definida a partir de traços característicos marcantes, como: Propriedade pública se confundindo com propriedade privada e Tendência ao nepotismo.

A administração burocrática em nome da eficiência traduz a doutrina taylorista-fordista da divisão e especialização intelectual e operacional do trabalho.

A administração gerencial pode-se dizer é o terceiro estágio do percurso evolutivo da administração pública e traz como traço diferencial acentuada ênfase nos resultados e na eficácia das ações do poder público.

Fonte: BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em Organizações Públicas, Caxias do Sul,RS. Educ, 2010 3ª edição

**PARECER: RECURSO INDEFERIDO**



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 07**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( x )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

RECURSO APRESENTADO – Anulação da questão

À Comissão Organizadora,

Solicito a revisão da questão nº 09 da prova, que trata das origens básicas dos erros em procedimentos hospitalares, como cirurgias malfeitas e trocas de medicamentos.

A alternativa considerada correta pela banca diverge do que é estabelecido nos principais referenciais da literatura sobre segurança do paciente. A alternativa que melhor representa uma das origens básicas dos erros é a letra (C): “A tendência de o funcionário atuar de modo mecânico.”

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), uma das principais causas de falhas nos serviços de saúde é justamente a automatização de condutas, ou seja, o ato de executar procedimentos sem a devida atenção ou reflexão, levando a erros evitáveis. Essa “atuação mecânica” é uma característica marcante das falhas humanas mais frequentes no ambiente hospitalar, especialmente quando não há verificação sistemática de protocolos.

As demais alternativas citam aspectos que podem contribuir indiretamente para os erros, como sobrecarga de trabalho ou desumanização do atendimento, mas não se enquadram como causas estruturais diretas dos erros técnicos, como solicitado no enunciado.

Diante do exposto, solicito a revisão do gabarito da questão 09, com a correção para a alternativa (C) ou, alternativamente, a anulação da questão, por não apresentar resposta adequada às evidências técnicas da literatura especializada.

-----//-----

**RESPOSTA AO RECURSO**

Questão 07.

Considerando as teorias da administração é correto afirmar



- I – As teorias da administração espelham o momento histórico em que são produzidas. (V)  
II – No início do século IV, a ênfase da administração estava na produção eficiente de bens, para atender um mercado sempre crescente e inesgotável. (F)  
III – No final do século XX as teorias são influenciadas por mercados que não crescem, com muita concorrência e a ênfase se deslocou para a competitividade.

Marque ÚNICA opção correta

- a) São verdadeiras as opções “I e II”
- b) É verdadeira somente a opção “II”
- c) É verdadeira somente a opção “III”
- d) São verdadeiras as opções “I e III”

**PARECER: RECURSO INDEFERIDO**

**Obs: o recurso apresentado refere-se a outra questão que não a 07**



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)**  
**INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)**  
**SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO**  
**DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)**  
**EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 08**

|                                |  |                      |
|--------------------------------|--|----------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( x )</b> |
|--------------------------------|--|----------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

Questão 8

Em se tratando de gestão por resultados na Administração Pública marque “V” para verdadeiro e “F” para falso nas afirmativas abaixo.

I - O conceito de gestão por resultados na administração pública desenvolveu-se a partir da constatação do baixo comprometimento do serviço público com resultados de eficiência e qualidade para a sociedade. (V)

II - A gestão por resultado não pode se utilizar de um contrato de gestão, mesmo que esse seja um instrumento de formalização de compromissos dos órgãos públicos. (F)

III - O processo de contratualização tem sido um bom instrumento para consolidar a cultura de gestão por resultados no setor público. (V)

Marque a ÚNICA opção correta:

- a) Estão corretas as alternativas I e II
- b) Estão corretas as afirmativas I e II**
- c) Estão corretas as afirmativas II e III
- d) Estão corretas as afirmativas I, II e III

-----///-----

Justificativa

Ha uma falha na elaboração da questão quando se fala para analisar as alternativas entre Falsas e Verdadeira e traz como respostas alternativas opções de afirmativas corretas sem qualquer referência a afirmativas verdadeiras ou falas.

Diante disso o mais indicado é anular a questão

**PARECER: RECURSO DEFERIDO**



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)**  
**INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)**  
**SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO**  
**DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)**  
**EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 09**

|                                |  |                      |
|--------------------------------|--|----------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( x )</b> |
|--------------------------------|--|----------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

Questão 9

O noticiário exhibe constantemente erros grosseiros em procedimentos hospitalares, por exemplo cirurgias malfeitas, troca de medicamentos... Esses erros se enquadram basicamente em duas origens. Assinala a afirmativa que relata uma das origens básicas que são base para os erros em procedimentos hospitalares.

- a) A vida corrida dos profissionais
- b) Falta de humanização no atendimento**
- c) Tendência do funcionário ser mecânico
- d) Atrasos no horário de trabalho

-----///-----

Justificativa

Na revisão das fontes de estudo para a questão foi verificado que o termo correto que deveria estar como alternativa era atendimento humanizado, que significa não perder a atenção e isso sim minimiza os erros grosseiros em procedimentos hospitalares. E, isso sim se faz uma das origens básicas dos erros em procedimentos hospitalares. O termo a humanização no atendimento muda o foco do significado que termina por gerar uma compreensão de qualidade no atendimento em termos comportamentais e levar o entendimento para as outras alternativas como fato base para a incidência dos erros grosseiros.

Diante disso o mais indicado é anular a questão. Por que não alterar a resposta? Nesse caso porque a resposta correta não se aplica diretamente a nenhum outro item unicamente. E, saindo do conceito de atendimento humanizado, poderia ser aceitas os itens a e b.

**PARECER: RECURSO DEFERIDO**



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 13**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

A Integralidade se refere à capacidade da Atenção Primária à Saúde (APS) de resolver os problemas de saúde mais comuns da população de forma abrangente, reduzindo a necessidade de encaminhamentos para outros níveis de atenção. Isso implica que os profissionais de saúde da APS devem ter habilidades e recursos para lidar com os problemas de saúde mais comuns da população, garantindo uma atenção mais eficiente e eficaz.

Segundo Starfield, na obra *Atenção Primária: Equilíbrio entre Necessidades de Saúde, Serviços e Tecnologia*, a Integralidade da Atenção — um dos atributos da Atenção Primária à Saúde (APS) — pode ser examinada das seguintes maneiras principais:

- reconhecimento e manejo de todos os problemas de saúde comuns em sua população, não importando de que tipo;
- atendimento das necessidades da população, incluindo as atividades preventivas primárias e secundárias;
- análise das taxas de encaminhamento, onde elas forem elevadas, isso pode sugerir falta de integralidade para uma ou mais categorias de necessidades de saúde.

Portanto, opção correta: B

**RECURSO INDEFERIDO**



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)**

**EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 16**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

A questão é composta por quatro assertivas:

1. A Política Nacional de Atenção Básica considera os termos Atenção Básica - AB e Atenção Primária à Saúde - APS, nas atuais concepções, como termos equivalente. (VERDADEIRA)

Resposta: Parágrafo único. A Política Nacional de Atenção Básica considera os termos Atenção Básica - AB e Atenção Primária à Saúde - APS, nas atuais concepções, como termos equivalentes.

2. A Atenção Básica será a principal porta de entrada e centro de comunicação da RAS, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede. (VERDADEIRA)

Resposta: §1º A Atenção Básica será a principal porta de entrada e centro de comunicação da RAS, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede.

3. São diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizados na Atenção Básica: Regionalização e Hierarquização, Territorialização, Integralidade e Cuidado centrado na pessoa. (FALSA)

Resposta: Art. 3º São Princípios e Diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizados na Atenção Básica:

I - Princípios: Universalidade, Equidade e Integralidade.

II - Diretrizes: Regionalização e Hierarquização, Territorialização, População Adscrita, Cuidado centrado na pessoa;

4. A PNAB tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica.

Resposta: Art. 4º A PNAB tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica. (VERDADEIRA)

Portanto, opção correta: V, V, F, V

**RECURSO INDEFERIDO**



**FORTALEZA**  
PREFEITURA



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 17**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

O estudo de caso-controle é um método epidemiológico que permite avaliar a associação entre exposição e doença. Nesse tipo de estudo, os casos (indivíduos com a doença) são comparados com controles (indivíduos sem a doença) em relação à exposição a fatores de risco. Isso permite identificar possíveis causas da doença e informar medidas de controle.

Vantagens específicas:

- Útil em emergências em saúde pública.
- Eficiente para doenças raras ou de curta duração: como muitos surtos.
- Permite identificar exposições associadas à doença: ao comparar pessoas que adoeceram (casos) com aquelas que não adoeceram (controles).
- Requer menos recursos (tempo, pessoas e dinheiro) do que estudos prospectivos.

Portanto, opção correta: C

**RECURSO INDEFERIDO**



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)**  
**INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)**  
**SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO**  
**DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)**  
**EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 18**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

De acordo com as atribuições do Colegiado de Gestão Regional no âmbito da Educação Permanente em Saúde, seguem as afirmações:

1. O Colegiado de Gestão Regional deve construir coletivamente e definir o Plano de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde.

Resposta verdadeira

2. O Colegiado de Gestão Regional deve submeter o Plano Regional de Educação Permanente em Saúde à Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para homologação.

Resposta falsa

3. O Colegiado de Gestão Regional pode pactuar a gestão dos recursos financeiros no âmbito regional.

Resposta: verdadeira

4. O Colegiado de Gestão Regional não tem papel na avaliação das ações e estratégias de educação em saúde implementadas na região.

Resposta: falsa

De acordo com a Portaria Nº 1.996, DE 20 DE AGOSTO DE 2007: dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Art. 4º São atribuições do Colegiado de Gestão Regional, no âmbito da Educação Permanente em Saúde:

I - Construir coletivamente e definir o Plano de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde para a região, a partir das diretrizes nacionais, estaduais e municipais (de sua área de abrangência) para a educação na saúde, dos Termos de Compromisso de Gestão dos entes federados participantes, do pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e das necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores da saúde;

II - Submeter o Plano Regional de Educação Permanente em Saúde à **Comissão Intergestores Bipartite (CIB)** para homologação;

III - pactuar a gestão dos recursos financeiros no âmbito regional, que poderá ser realizada pelo Estado, pelo Distrito Federal e por um ou mais Municípios de sua área de abrangência;



**FORTALEZA**  
PREFEITURA

 **IMPARH**  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
DE RECURSOS HUMANOS

V - Acompanhar, monitorar e **avaliar** as ações e estratégias de educação em saúde implementadas na região.

Portanto, opção correta: B (V, F,V,F)

**RECURSO INDEFERIDO**



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 20**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

As estratégias podem ser utilizadas para monitorar a Rede Alyne e garantir a qualidade dos serviços de saúde, segundo Portaria GM/ms Nº 5.350, de 12 de setembro de 2024, são as seguintes:

Art. 9º O monitoramento deverá ser executado de forma compartilhada, regular e contínua entre os entes federativos.

§ 2º O monitoramento da execução das ações da Rede Alyne e seus impactos na condição da saúde materna e infantil será realizado pelo Ministério da Saúde, Estados, Municípios e Distrito Federal, por meio da definição e pactuação no âmbito da CIT dos indicadores de saúde que orientam a indução do modelo de cuidado integral.

§ 3º Os indicadores de que trata o § 2º serão pactuados e publicados em ato da Ministra da Saúde.

§ 4º No monitoramento da Rede Alyne poderão ser utilizadas as estratégias abaixo elencadas, dentre outras:

I - acompanhamento e verificação da execução do PRI;

II - consulta nos sistemas de informação do SUS de dados sobre produção assistencial, com a atualização cadastral dos estabelecimentos e outros que se fizerem necessários;

III - acompanhamento e avaliação in loco realizados por meio de seus sistemas de supervisão e auditoria de estabelecimentos de saúde; e

IV - acompanhamento dos indicadores;

Portanto, opção correta: C

O acompanhamento de indicadores de saúde é fundamental para monitorar a qualidade dos serviços de saúde na Rede Alyne, pois permite avaliar a eficácia dos serviços e identificar áreas de melhoria.

**RECURSO INDEFERIDO**



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 21**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

A Política Nacional de Atenção às Urgências, aprovada pela Portaria nº 1.600/2011, estabeleceu a Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 4º A Rede de Atenção às Urgências é constituída pelos seguintes componentes: Promoção, Prevenção e Vigilância à Saúde; Atenção Básica em Saúde; Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e suas Centrais de Regulação Médica das Urgências; Sala de Estabilização; Força Nacional de Saúde do SUS; Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de serviços de urgência 24 horas; Hospitalar e Atenção Domiciliar.

Os componentes da Rede de Atenção às Urgências incluem:

I - Atenção Básica em Saúde, Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e hospitalar.

Resposta: Verdadeira

II – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Sala de Estabilização e Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h).

Resposta: Verdadeira

III - Promoção, Prevenção e Vigilância à Saúde.

Resposta: Verdadeira

IV - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e Atenção Domiciliar.

Resposta: Verdadeira

Portanto, opção correta: A

**RECURSO INDEFERIDO**



**FORTALEZA**  
PREFEITURA



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 27**

|                                |  |                    |
|--------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( X ) - NOVA OPÇÃO: ( A )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|--------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

De acordo com a interposição de recursos solicitado por candidato, segue retificação, na qual os atributos da APS, elencadas por Barbara Stafield 2002, são: Primeiro Contato, Longitudinalidade, Integralidade, Coordenação, Focalização na família, Orientação comunitária, Competência cultural. Neste sentido embora a opção D, esteja trazendo também os atributos, outras situações importantes para APS estão citadas complementando a questão como “resolubilidade, comunicação e responsabilização”, porém não se configurando como atributo essencial e derivado de acordo com Barbara Stafield 2002.

Portanto, opção correta: A

**RECURSO INDEFERIDO**



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 41**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

Venho, respeitosamente, apresentar recurso quanto à indicação da alternativa (B) como resposta correta na questão que aborda as barreiras atitudinais.

Entendo que a alternativa apresentada (“interesse em adaptar as aulas”) não condiz com a definição consolidada e amplamente aceita de barreiras atitudinais, especialmente sob a ótica do modelo biopsicossocial da deficiência, consagrado internacionalmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) por meio da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

As barreiras atitudinais são compreendidas como preconceitos, estereótipos, discriminações, e comportamentos que dificultam ou impedem a plena participação e inclusão de pessoas com deficiência no contexto social, educacional ou laboral. Tais barreiras decorrem de posturas negativas, desinformação e resistência ao reconhecimento da diversidade funcional, o que impacta diretamente na acessibilidade e equidade.

No caso específico, o “interesse em adaptar as aulas” não configura barreira, mas sim um aspecto positivo e facilitador da inclusão. A adaptação das aulas representa uma medida para minimizar barreiras arquitetônicas, comunicacionais ou atitudinais, promovendo a participação efetiva.

Portanto, a alternativa correta deveria estar alinhada a conceitos que retratam atitudes e preconceitos negativos, falta de acolhimento, resistência e discriminação, que são a essência das barreiras atitudinais.

Dessa forma, a confusão gerada pela alternativa indicada no gabarito compromete a compreensão e a aplicação correta do conceito de barreiras atitudinais, prejudicando a avaliação do conhecimento dos candidatos. Solicito, portanto, a revisão da questão ou a anulação da mesma, em vista da inconsistência conceitual observada.



**FORTALEZA**  
PREFEITURA



INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
DE RECURSOS HUMANOS

Referências para fundamentação:

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Genebra: OMS, 2001.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853/89, que define a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

OLIVEIRA, C. G. de; SILVA, R. M. Barreiras atitudinais e a inclusão social da pessoa com deficiência. Revista Brasileira de Educação, 2017.

Recurso indeferido.

De acordo com a legislação, barreiras atitudinais atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. No caso da questão, ao tratar de “falta de interesse em adaptar as aulas”, estamos falando de uma barreira relacionadas à atitude do professor, que recusa fazer as adaptações necessárias em sua aula para melhor atender o aluno com deficiência



**FORTALEZA**  
PREFEITURA



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 42**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

Venho, respeitosamente, manifestar minha discordância quanto à indicação da alternativa (C) como resposta correta na questão que trata das obrigações dos agentes de tratamento no âmbito da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A alternativa apresenta que “agentes de tratamento devem adotar medidas técnicas e administrativas e comunicar incidentes”, o que, à primeira vista, está correto, mas gera uma interpretação imprecisa e incompleta diante do conteúdo normativo previsto na LGPD, especialmente no que se refere à comunicação dos incidentes de segurança.

Em que pese a obrigatoriedade de adoção de medidas técnicas e administrativas para a proteção dos dados pessoais, conforme disposto no artigo 46 da LGPD, a comunicação dos incidentes — tema central da questão — é regida com mais rigor e especificidade pelo artigo 48 da mesma lei. Este artigo estabelece que a comunicação deve ser feita não apenas à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), mas também aos titulares dos dados pessoais afetados, ressalvados os casos de baixa probabilidade de risco ou dano.

A alternativa (C), ao restringir a comunicação a um termo genérico e não explicitar os destinatários dessa comunicação, pode induzir a uma compreensão superficial e parcial da obrigação legal. Tal imprecisão pode causar confusão para os candidatos, que devem estar atentos à integralidade das disposições da LGPD para o correto cumprimento da norma.

Além disso, a exigência de comunicação não se limita a uma mera notificação, mas deve observar prazos e procedimentos específicos, conforme regulamentação posterior da ANPD, reforçando a importância de uma interpretação ampla e detalhada da norma, o que não está refletido na alternativa em questão.

Dessa forma, entendo que a questão carece de clareza e precisão conceitual, podendo prejudicar o julgamento correto dos candidatos. Requeiro, portanto, a anulação da questão ou a revisão da alternativa correta para melhor refletir a literalidade e o alcance da legislação vigente, especialmente quanto à comunicação dos incidentes de segurança de dados pessoais, em conformidade com o artigo 48 da LGPD.



**FORTALEZA**  
PREFEITURA



INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
DE RECURSOS HUMANOS

Referências legais:

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Artigos 46 e 48 da LGPD.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br>

A alternativa C está correta, pois de acordo com a LGPD, os agentes de tratamento (controlador e operador) são obrigados a implementar medidas de segurança técnicas e administrativas adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas ou qualquer forma de tratamento inadequado. Ademais, em casos de incidentes de segurança que possam acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a LGPD determina que seja realizada a comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos próprios titulares, observando prazos e procedimentos específicos para mitigar os impactos (Art. 48 e Incisos do Capítulo sobre Incidentes de Segurança).

Art. 48. O controlador deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.



**FORTALEZA**  
PREFEITURA



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

A questão em destaque não está contida nos termos do edital

**QUESTÃO RECLAMADA: 46**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

O conteúdo da questão está previsto nos seguintes itens:

- 2.16. Lei de Licitação - nº 14.133/2021;
- 2.17. Noções de Contratos e Convênios



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 47**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

Item correto é D. Justificando A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece que a pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo com o poder público, deixar de observar as disposições da lei, estará sujeita a sanções como multa, advertência, rescisão do vínculo com o poder público, suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, podendo ser aplicada a inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública por tempo indeterminado, dependendo da gravidade da infração. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)

A alternativa **B** é a correta, pois menciona que as sanções para aqueles que descumprem as normas incluem a rescisão do vínculo com o poder público, multa e suspensão temporária em licitações, conforme o que está previsto no Art. 33.

As demais alternativas estão incorretas:

- **A:** Sugere que apenas a advertência pode ser aplicada, o que não é verdade, pois há várias sanções previstas.
- **C:** Afirma que a declaração de inidoneidade não requer reabilitação, o que é falso, pois a reabilitação é necessária após a penalidade ser aplicada.
- **D:** Indica que a suspensão pode durar indefinidamente, o que contraria a previsão de um prazo máximo de 2 anos.
- Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:
  - I - advertência;
  - II - multa;
  - III - rescisão do vínculo com o poder público;



- IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

Venho apresentar recurso quanto à indicação da alternativa (B) como resposta correta na questão que trata das sanções aplicáveis pelo descumprimento da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 — a Lei de Acesso à Informação (LAI).

A alternativa (B) menciona, como sanções, “rescisão de vínculo, multa e suspensão temporária de licitação”. No entanto, essa composição não está plenamente alinhada com o texto legal vigente, conforme disposto especificamente nos artigos 45 a 47 da referida lei.

O artigo 45 da LAI estabelece que as sanções administrativas aplicáveis às pessoas jurídicas que descumprirem as normas de acesso à informação incluem advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública. Já para pessoas físicas, a lei prevê outras medidas que não necessariamente incluem “rescisão de vínculo” no mesmo sentido ou amplitude da indicação da alternativa (B).

Além disso, o artigo 46 da LAI disciplina os procedimentos para a aplicação dessas sanções, enfatizando a necessidade de ampla defesa e contraditório, sem mencionar de forma expressa a “rescisão de vínculo” como sanção automática ou comum pelo descumprimento da lei.

Por fim, o artigo 47 estabelece as condições para a imposição da multa e demais penalidades, sem que haja correspondência direta e inequívoca com o conjunto completo das sanções indicadas na alternativa (B).

Desta forma, há evidente imprecisão conceitual na formulação da alternativa correta, uma vez que ela agrega sanções que não estão harmonizadas integralmente com o texto legal, gerando confusão e prejudicando a interpretação correta do arcabouço normativo da LAI.

Ante o exposto, solicito a anulação da questão ou a revisão da alternativa correta, a fim de garantir a exatidão técnica e a fidelidade à legislação vigente, bem como a segurança jurídica do processo seletivo, visto que o conteúdo abordado exige rigor absoluto na interpretação normativa.

Referências legais:

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)



**FORTALEZA**  
PREFEITURA



**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 48**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

|                                     |
|-------------------------------------|
| <b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b> |
|-------------------------------------|

A negativa de acesso a uma informação não classificada como sigilosa pode comprometer, ou seja, NAO SIGILOSA, de acordo com a LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, no seu (...) Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: (...)

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

**Assim, pede-se alteração do gabarito.**

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece que toda pessoa tem o direito de acessar informações públicas, e que a transparência é um princípio fundamental da administração pública. O acesso à informação é essencial para a promoção da cidadania, permitindo que os cidadãos exerçam seu direito de controle social sobre as ações do governo.

Quando uma informação não classificada como sigilosa é negada, isso contraria os objetivos da lei, que busca garantir a transparência e o acesso à informação. Esse tipo de negativa pode limitar a capacidade da sociedade de se informar sobre as ações do governo, dificultando a participação cidadã e o controle social. Não há portanto um prejuízo à comunicação interna do órgão.



**FORTALEZA**  
PREFEITURA

**IMPARH**  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
DE RECURSOS HUMANOS

**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)  
INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IMPARH)  
SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS)  
EDITAL Nº 68/2025**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

**QUESTÃO RECLAMADA: 50**

**A questão 50 está fora do conteúdo programado no edital**

|                                  |  |                    |
|----------------------------------|--|--------------------|
| <b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b> | <b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b> | <b>ANULADA ( )</b> |
|----------------------------------|--|--------------------|

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

Recurso indeferido.

O conteúdo da questão está de acordo com o edital, pois no item 2.19 está prevista a Lei Federal nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação.